



Qualis A1 - Direito CAPES

Apresentação

Dezembro de 2025

E assim se encerra mais um frutífero ciclo anual da *Direito e Praxis*! Com o 16º volume, entregamos a nossa comunidade leitora uma rica coletânea: dezenas de artigos de temáticas plurais, resenhas, traduções e, com especial destaque, dossiês cujas curadorias foram cuidadosamente conduzidas por Editores e Editoras convidados.

O ano de 2026 desdobrou-se em profundos debates: em março, o Dossiê “Revisitando o debate sobre a teoria da derivação do estado”, organizado por Flávio Roberto Batista, Áquilas Mendes e Leonardo Carnut; em junho, as páginas foram ocupadas pelo Dossiê “Direito e Economia Política na América Latina”, sob a curadoria de Mario G. Schapiro, Raquel de Mattos Pimenta, Beatriz Kira e Diogo Rosenthal Coutinho; e setembro trouxe à tona “A atualidade de Antonio Negri: poder constituinte, autonomia e crise da democracia”, organizado por Vanessa Santos do Canto, Francisco de Guimaraens e Alexandre Mendes.

Para coroar este ano editorial, publicamos em dezembro o abrangente Dossiê “Direito de Propriedade Comparado Decolonial”, fruto de uma colaboração internacional de mais de dois anos entre pesquisadores do Instituto Max Planck de Direito Privado Comparado e Internacional (no âmbito do seu Programa de Direito Comparado Decolonial) e acadêmicos brasileiros. A curadoria, assinada por André Nunes Chaib, Deo Campos Dutra, Flávia Carlet, Karina Macedo Gomes Fernandes, Kwamou Eva Feukeu, Luiz de Abreu, Ralf Michaels e Tatiana Emília Dias Gomes, reuniu perspectivas de autores situados em Alemanha, Colômbia, Congo, Indonésia, Itália, Equador, Brasil e Turquia, oferecendo lentes diversas para repensar o direito comparado.



Esta última edição do ano enriquece-se ainda com as traduções dos artigos de Daniel J. García López e Pedro Bertolucci Keese, e com uma resenha do livro “The Eye Of The Master: A Social History Of Artificial Intelligence”, de Matteo Pasquinelli (Verso, 2023).

Assim, concluímos mais uma jornada da Direito e Práxis, animados e inspirados pelo rigor e pela diversidade das pesquisas que nos foram confiadas. Trabalhos que, a partir de distintos arcabouços teóricos e metodologias, enfrentam com coragem a complexidade, os desafios e os espaços de abertura do fenômeno sociojurídico. Acreditamos que esta seja a contribuição fundamental da Revista: uma sementeira acadêmica, teórica e prática para a construção de sociedades mais plurais, igualitárias e justas.

Este trabalho coletivo só é possível graças ao empenho de muitas pessoas. Um agradecimento sincero a todas as pareceristas, cujo papel é fundamental para a qualidade e a credibilidade não apenas da nossa revista, mas de toda a empreitada científica. Nossa gratidão se estende também às estagiárias que compõem a comissão executiva, cujo trabalho meticuloso é vital para manter a excelência de nossos processos editoriais. A Direito e Práxis se orgulha de ser, além de um veículo de editoração e divulgação científica, um espaço de formação para jovens e futuros pensadores e operadores do direito.

Para finalizar, lembramos que nossas políticas editoriais para todas as seções estão disponíveis em nosso site, e que as submissões são permanentes e sempre bem-vindas. Até o próximo volume!

Boa Leitura!

Equipe **Direito e Práxis**



Dossiê “Direito de Propriedade Comparado Decolonial”

André Nunes Chaib¹

¹ Maastricht University, Maastricht, Holanda. E-mail: a.nuneschaib@maastrichtuniversity.nl. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7134-3789>.

Deo Campos Dutra²

² Universidade Católica de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: deocamposdutra@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7875-5989>.

Flávia Carlet³

³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: flaviacarlet27@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7308-364X>.

Karina Macedo Gomes Fernandes⁴

⁴ Universidade Ritter dos Reis, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: karimfernandes@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1730-2702>.

Kwamou Eva Feukeu⁵

⁵ Max Planck Institute for Comparative and International Private Law, Hamburgo, Alemanha. E-mail: feukeu@mpipriv.de. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3697-0132>.

Luiz de Abreu⁶

⁶ Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: luizeabreu@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4779-1172>.

Ralf Michaels⁷

⁷ Max Planck Institute for Comparative and International Private Law, Hamburgo, Alemanha. E-mail: michaels@mpipriv.de. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2143-3094>.

Tatiana Emília Dias Gomes⁸

⁸ Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: tatiana.gomes@ufba.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1297-1982>.

A colonialidade é um sistema de poder e de conhecimento baseado na dominação. Em relação à propriedade enquanto categoria jurídica, a colonialidade não atua de forma diferente. As faculdades inerentes, as modalidades excludentes de aquisição e os meios de defesa para materializar a dominação na propriedade podem até variar em diferentes sociabilidades, mas o caráter de subjugação que compõe o núcleo do sentido jurídico do termo é uma constante observável em diversas análises comparativas realizadas em torno do tema. Por outro lado, rasurando a hegemonia do sentido liberal-burguês do



vocábulo , a propriedade também pode ser entendida como um campo de batalha, em que se abrem espaços de resistência, lutas e outras sensibilidades jurídicas inerentes a outras modalidades de apropriação que devemos descrever, investigar e salvaguardar.

Analisar e desestabilizar a colonialidade do direito de propriedade requer uma compreensão da sua pluralidade de sentidos e das suas complexas funções exercidas na contemporaneidade. Por meio da investigação comparada, é possível observar pontes de análise, desde que se abandone a lógica do espelho em busca de ausências.

Nesse sentido, o direito comparado decolonial é um convite para reinventar o direito comparado e, concomitantemente, munir, de maneira diferente, as críticas decoloniais do direito.¹ Ele se apresenta, por um lado, como uma construção teórica capaz de oferecer importantes chaves de leitura aos(as) investigadores(as), geralmente profundamente vinculados(as) às epistemologias e cosmologias modernas, capturadas pela colonialidade. Por outro, o direito comparado decolonial oferece a capacidade de produzir estudos que dialogam diretamente com os dilemas experienciados pelos grupos atingidos pelos processos de dominação e violência que envolvem a propriedade em perspectiva liberal-burguesa, tornando-se, se bem-sucedido em sua inquirição, mais um aliado e um recurso nas lutas políticas travadas diariamente por esses grupos.

Este número especial é o produto de uma colaboração de mais de dois anos entre investigadores(as) do Instituto Max Planck de Direito Privado Comparado e Internacional, no âmbito do Programa de Direito Comparado Decolonial (DeCoLa) e acadêmicos(as) do Brasil e da sua diáspora. O projeto DeCoLa foi estabelecido em 2019 por Ralf Michaels and Lena Salaymeh e é atualmente organizado por Ralf Michaels, Kwamou Eva Feukeu e Passainte Ragab. Este dossiê é resultado do terceiro workshop, após o primeiro, dedicado à metodologia em 2020 e realizado online (originalmente planejado para ser realizado em Witwatersrand, África do Sul), e de um segundo dedicado ao direito pré-colonial, realizado em 2022 na Universidade de Oxford.

Desta colaboração, surgiram dois eventos em 2024: uma ‘Escola de Primavera’ na UFBA e um *Workshop* na UCB com todos os(as) autores(as) dos artigos deste número

¹ See Lena Salaymeh & Ralf Michaels, Direito comparado descolonial: uma introdução conceitual, in Tatiana Cardoso Squeff & Gabriel Pedro Dassoler Damasceno (eds), *Direito internacional crítico*, Vol II (2023) 73-97 (original English version as open access at *Rabels Zeitschrift* 86 (2022) 166-188, <https://doi.org/10.1628/rabelsz-2022-0007>); Deo Campos Dutra & Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hernandez, Direito Comparado Decolonial: novas posturas epistemológicas, novas metodologias e os desafios para a realização do estudo jurídico comparado a partir do Brasil, *Rev. Direito Práx.* 15 (04) 2024 <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2024/80496>.



e 15 outros(as) pensadores(as) e militantes, acadêmicos(as) ou não, da área do direito comparado e da crítica ao direito de propriedade.

Os trabalhos integrantes desse dossiê especial, todos eles apresentados no *Workshop* em Brasília, possuem um fio condutor. Eles oferecem aos(as) leitores(as) a oportunidade de identificar outras formas possíveis de reflexão sobre o direito de propriedade. Marcados pela intenção de densificar o debate no campo jurídico, ao mesmo tempo que alinhados às lutas políticas, os artigos propõem, sobretudo, o deslocamento das questões de propriedade para além da arena do direito estatal, valorizando melhor as contribuições de experiências jurídicas, sistemas jurídicos e cosmologias diversas. A intenção é compreender melhor o futuro da propriedade, da territorialidade e das nossas relações com a natureza.

Neste número, reúnem-se várias propostas metodológicas e temáticas. *Gabriela Niño Pedraza y Pablo Gonzalez Delgado* mostraram a dificuldade de pensar o direito de propriedade sem adotar uma perspectiva colonial e propuseram uma abordagem que não separa nem descentraliza os direitos indígenas e quilombolas. Para isso, os autores adotaram uma perspectiva dialógica entre os diferentes direitos aplicados às comunidades Nasa e Palenquera na Colômbia.

Mario Yaucén Remache e Jenny García Ruales examinam, em seu trabalho, a Lei Própria do Povo Kichwa de Sarayaku, com foco na propriedade como elemento-chave na interpretação do consentimento livre, prévio e informado, comparando-a à propriedade estatal equatoriana. Nesse sentido, os autores propõem coletivamente (corazonan) a Selva Viviente como uma contraproposta para uma propriedade amazônica plural, fluida e coletiva, fortalecida pela *minga jurídica* (o ato de entrelaçar a lei e respeitar os ciclos de vida dos elementos naturais e das leis humanas). Em um exercício comparativo decolonial, os autores identificam ressonâncias e tensões entre o direito estatal e a Lei Própria, evidenciando a natureza fragmentada da propriedade na constituição da Selva Viviente.

No artigo de João Zaidan, Flavianne Nóbrega, Aída Silvestre Teixeira e Camilla Montanha de Lima é possível compreender como as noções de "direito de propriedade" prevista no ordenamento jurídico chileno e brasileiro e de "propriedade coletiva" desenvolvida pela jurisprudência da Corte IDH são insuficientes para refletir o entendimento do modo de disposição de propriedade dos povos indígenas Xukuru e



Mapuche. Para isso, propõem os autores, é necessária a adoção do conceito de "identidade territorial".

Com a realização de um estudo decolonial comparado, alguns instrumentos coloniais que envolvem a propriedade também ganham uma “segunda vida”, como o instituto da enfiteuse, analisado por *Francesca Iurlaro*. De forma paralela, é possível verificar que a reapropriação do direito não é apenas uma ação das minorias, mas igualmente do Estado. No Congo e em Camarões, por exemplo, o Estado é forçado a remobilizar elementos das leis dos povos originários dentro de seus próprios regimes de terras e propriedades, como demonstra o trabalho de *Gildelen Aty-Biyo*.

Em seu trabalho, ao observar a linguagem, a abordagem temporal de *Harison Citrawan* nos permite passar do espaço/tempo para a memória/percepção. O papel do trauma entra no direito de propriedade, e a temporalidade que se pensava ter passado não só não passou, como permite compreender um direito mais holístico à terra e à água.

Numa perspectiva de desestabilização do conceito de propriedade, o trabalho de *Asya Ostroukh* investiga como os direitos territoriais indígenas na Comunidade Caribenha permanecem obstruídos pela mentalidade jurídica colonial. Por meio de um estudo de caso sobre as reivindicações de terras na Jamaica, no Belize e na Guiana, o artigo demonstra como a colonialidade persiste no direito de propriedade, marginalizando as tradições indígenas. O estudo defende uma abordagem decolonial que integre o direito constitucional, os direitos humanos e o direito internacional, bem como a filosofia indígena, para alcançar o verdadeiro reconhecimento, a justiça e o pluralismo jurídico para as comunidades indígenas caribenhas.

Todos esses trabalhos, acreditamos, resultam de um primeiro processo de aproximação entre diversos(as) pesquisadores(as), oriundos(as) de diversas sociabilidades, que possuem o direito comparado e a decolonidade como ferramentas essenciais para pensar o direito na atualidade. Esse movimento, ainda incipiente, mas com resultados já verificáveis, pretende construir uma comunidade internacional de juristas que, comprometidos com a transformação social e a horizontalidade na construção do conhecimento jurídico, se unem em torno de ferramentas epistemológicas e metodológicas pouco usuais no campo jurídico hegemônico.

Essa seção especial é resultado direto de um árduo trabalho envolvendo diversos(as) pesquisadores(as) de diferentes partes do mundo. Nossos sinceros agradecimentos a todos(as) os(as) participantes e às respectivas universidades parceiras:



a Universidade Católica de Brasília (UCB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Agradecemos ao Max Planck Förderstiftung pelo generoso apoio financeiro. Agradecemos ao tradutor César Sobrinho, às autoras e aos autores desse número, aos(às) integrantes do comitê científico — Roberta Camineiro Baggio, Flávia Carlet, Ahmad Amara e Isidore Léopold Miendjiem — e aos participantes do workshop em Brasília – Aïdas Sanogo, Ana Celia Barbosa Barreto, Artur Miguel Catarino de Lima Souza, Elionice Conceição Sacramento, Gustavo Caboco, Ignacio Gonzalez Piedra, Isabel Penido de Campos Machado, Lamine Doumbia, Márcia Motta, Mestre Joelson, Peter Narh, Thiago Hoshino – pela confiança depositada em nossa publicação.

Boa Leitura!

Os editores – os integrantes do comitê de organização do DeCoLa 2024



Expediente desta edição

Editores

Dr. José Ricardo Cunha, UERJ, Brasil

Dra. Dra. Carolina Alves Vestena, Universität Kassel, Alemanha

Dra. Bruna Mariz Bataglia Ferreira, UERJ, Brasil

Comissão Executiva

Maísha Santos, UERJ, Brasil

Ana Nobre, UERJ, Brasil

Larissa Regis, UERJ, Brasil

Maria Fernanda Melo, UERJ, Brasil

Conselho Editorial

Dra. Ágnes Heller, New School for Social Research, EUA

Dr. Andreas Fischer-Lescano, Universität Bremen, Alemanha

Dr. Alexandre Garrido da Silva, Universidade de Uberlândia, Brasil

Dr. Alfredo Culleton, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Dr. Andrés Botero Bernal, Universidad Industrial de Santander, Colômbia

Dra. Bethania Assy, UERJ, Brasil

Dra. Cecília MacDowell Santos, Universidade de São Francisco, USA; Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal

Dr. Costas Douzinas, Birkbeck University of London, Reino Unido

Dra. Deisy Ventura, Universidade de São Paulo, Brasil

Dr. Girolamo Domenico Treccani, Universidade Federal do Pará, Brasil

Dr. Guilherme Leite Gonçalves, UERJ, Brasil

Dr. Jean-François Y. Deluchey, Universidade Federal do Pará, Brasil

Dr. João Maurício Adeodato, UFPE e Faculdade de Direito de Vitória, Brasil

Dr. James Ingram, MacMaster University, Canadá

Dr. Luigi Pastore, Università degli Studi "Aldo Moro" di Bari, Itália

Dr. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, UFMG, Brasil

Dr. Paulo Abrão, PUC-Rs e UCB, Brasília, Brasil

Dra. Rosa Maria Zaia Borges, PUC-RS, Brasil

Dra. Sara Dellantonio, Università degli Studi di Trento, Itália

Dra. Sonia Arribas, ICREA - Univesidade Pompeu Fabra de Barcelona, Espanha

Dra. Sonja Buckel, Kassel Universität, Alemanha

Dra. Véronique Champeil-Desplats, Université de Paris Ouest-Nanterre, França

Avaliadores

Adamo Dias Alves, UFJF, Brasil; **Allan Mohamad Hillani**, N SSR, EUA; **Dr. Alejandro Manzo**,

Universidade de Córdoba, Argentina; **Alexandra Bechtum**, Universidade de Kassel,

Alemanha; **Dr. Alexandre Costa Araújo**, UNB, Brasil; **Dr. Alexandre Mendes**, UERJ, Brasil;



Dr. Alexandre Veronese, UNB, Brasil; **Alice Resadori**, UFRGS, Brasil; **Dr. Alvaro Pereira**, USP, Brasil; **Ana Laura Vilela**, UNB, Brasil; **Dra. Ana Carolina Chasin**, UNIFESP, Brasil; **Dra. Ana Lia Vanderlei Almeida**, UFPB, GPLutas - Grupo de Pesquisa Marxismo, Direito e Lutas Sociais, Brasil; **Dra. Ana Paula Antunes Martins**, UnB, Brasil; **Ana Paula Del Vieira Duque**, UNB, Brasil; **Andrea Catalina Leon Amaya**, UFF, Colômbia; **Antonio Dias Oliveira Neto**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Assis da Costa Oliveira**, UFPA Brasil; **Dra. Bianca Tavorali**, USP, Brasil; **Bruno Cava**, UERJ, Brasil; **Bruno Alberto Paracampo Mileo**, Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil; **Bryan Devos**, FURG, Brasil; **Dra. Camila Baraldi**, USP, Brasil; **Dra. Camila Cardoso de Mello Prando**, UnB, Brasil; **Camila Sailer Rafanhim**, UFP, Brasil; **Dra. Camilla Magalhães**, UnB, Brasil; **Dra. Carolina Costa Ferreira**, IDP, Brasil; **Dra. Carla Benitez Martins**, UFG, Brasil; **Dra. Carolina Medeiros Bahia**, UFSC, Brasil; **Dra. Cecilia Lois (in memoriam)**, UFRJ, Brasil; **Dr. Cesar Baldi**, UnB, Brasil; **Dr. César Mortari Barreira**, Instituto Norberto Bobbio, Brazil; **Dr. Cesar Serbena**, UFPR, Brasil; **Dra. Clarissa Franzoi Dri**, UFSC, Brasil; **Dra. Claudia Roesler**, UNB, Brasil; **Dr. Conrado Hubner Mendes**, USP, São Paulo, Brasil; **Dailor Sartori Junior**, Unisinos, Brasil; **Daniel Capecchi Nunes**, UFRJ, Brasil; **Danielle Regina Wobeto de Araujo**, UFPR, Brasil; **Dr. Daniel Achutti**, UniLasalle, Brasil; **Dr. David Francisco Lopes Gomes**, UFMG, Brasil; **Dra. Danielle Rached**, Instituto de Relações Internacionais – USP, Brasil; **Dra. Deisemara Turatti Langoski**, Unipampa, Brasil; **Diana Pereira Melo**, UNB, Brasil; **Diego Alberto dos Santos**, UFRGS, Brasil; **Dr. Diego Augusto Diehl**, UNB, Brasil; **Dr. Diego Werneck Arguelhes**, FGV DIREITO RIO, Brasil; **Dr. Diogo Coutinho**, USP, Brasil; **Dr. Eduardo Magrani**, EIC, Alemanha; **Dr. Eduardo Pazinato**, UFRGS, Brasil; **Dr. Eduardo Pitrez Correa**, FURG, Brasil; **Dr. Eduardo Socha**, USP, Brasil; **Eliseu Raphael Venturi**, UFPR, Brasil; **Eloísa Dias Gonçalves**, Panthéon-Sorbonne, França; **Emília Merlini Giuliani**, PUCRS, Brasil; **Dr. Ezequiel Abásolo**, Universidad Católica Argentina, Argentina; **Dr. Emiliano Maldonado**, UFSC, Brasil; **Dra. Fabiana Luci de Oliveira**, UFSCAR, Brasil; **Dra. Fabiana Severi**, USP, Brasil; **Fábio Balestro Floriano**, UFRGS, Brasil; **Fabíola Fanti**, USP, Brasil; **Fátima Gabriela Soares de Azevedo**, Universidade do Porto, Portugal; **Dr. Felipe Gonçalves**, CEBRAP, Brasil; **Dra. Fernanda Vasconcellos**, UFPEL, Brasil; **Dra. Fernanda Frizzo Bragato**, Unisinos, Brasil; **Dra. Fernanda Pradal**, PUC-Rio, Brasil; **Dr. Fernando Fontainha**, IESP/UERJ, Brasil; **Dr. Fernando Maldonado**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Fernando Martins**, Unilavras, Brasil; **Felipo Pereira Bona**, UFPE, Brasil; **Fernando Perazzoli**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dra. Fiammetta Bonfigli**, Universidade Lasalle, Brasil; **Dr. Flávia**



Carlet, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Flávio Bortolozzi Junior**, Universidade Positivo, Brasil; **Dr. Flávio Prol**, USP, Brasil; **Dr. Flávio Roberto Batista**, USP, Brasil; **Gabriela Cristina Braga Navarro**, Johann Wolfgang Goethe Univertat, Alemanha; **Dr. Gabriel Gualano de Godoy**, ACNUR, Brasil; **Gabriel Vicente Riva**, Faculdade Vale do Cricaré, Brasil; **Dra. Giovanna Milano**, UNIFESP, Brasil, **Dr. Giovanne Schiavon**, PUC-PR, Brasil; **Dr. Giscard Farias Agra**, UFPE, Brasil; **Dra. Gisele Mascarelli Salgado**, Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo - FDSBC, Brasil, **Dr. Gladstone Leonel da Silva Júnior**, UNB, Brasil; **Guilherme Cavicchioli Uchimura**, UFPR, Brasil. **Dr. Gustavo Castagna Machado**, UFPel, Brasil; **Gustavo Capela**, UNB, Brasil; **Dr. Gustavo César Machado Cabral**, UFC, Brasil, **Dr. Gustavo Sampaio de Abreu Ribeiro**, Harvard Law School, USA; **Dr. Gustavo Seferian Scheffer Machado**, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; **Gustavo Capela**, UNB, Brasil; **Dr. Hector Cury Soares**, UNIPAMPA, Brasil; **Dr. Henrique Botelho Frota**, Centro Universitário Christus, Brasil; **Hugo Belarmino de Moraes**, UFPB, Brasil; **Dr. Hugo Leonardo Santos**, UFAL, Brasil; **Dr. Hugo Pena**, UnB, Brasil; **Dr. Iagê Zendron Miola**, UNIFESP, Brasil; **Ivan Baraldi**, Universidade de Coimbra, **Iran Guerrero Andrade**, Flacso/México, México; **Jailson José Gomes Rocha**, UFPB, Brasil; **Janaína Dantas Germano Gomes**, PUC-CAMPINAS, Brasil; **Jailton Macena**, UFPB, Brasil; **Dra. Izabel Nuñez**, UFF, Brasil; **Dra. Jane Felipe Beltrão**, UFPA, Brasil, **Jeferson Mariano**, Brasil; **Joanna Noronha**, Universidade de Harvard, USA; **Dr. João Andrade Neto**, Hamburg Universität, Alemanha; **João Emiliano Fortaleza de Aquino**, UECE, Brasil; **Dr. João Paulo Allain Teixeira**, UFPE, Brasil; **Dr. João Paulo Bachur**, IDP, Brasil; **João Telésforo de Medeiros Filho**, UNB, Brasil; **Dr. Jorge Foa Torres**, Universidad Nacional Villa María, Argentina; **Dr. José Carlos Moreira da Silva Filho**, PUCRS, Brasil; **Dr. José Renato Gaziero Cella**, IMED, Brasil; **Dr. José Heder Benatti**, UFPA, Brasil; **Dr. José Humberto de Goés Júnior**, UFG, Brasil; **Dr. José Renato Gaziero Cella**, Faculdade Meridional - IMED, Brasil; **Dr. José Rodrigo Rodriguez**, Unisinos, Brasil; **Dr. Josué Mastrodi**, PUC-Campinas, Brasil; **Judá Leão Lobo**, UFPR, Brasil; **Juliana Cesario Alvim Gomes**, UFMG, Brasil; **Dra. Juliane Bento**, UFRGS, Brasil; **Lara Freire Bezerra de Santanna**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dra. Laura Madrid Sartoretto**, UFRGS, Brasil; **Dr. Leonardo Figueiredo Barbosa**, UNIFESO, Brasil; **Leticia Paes**, Birkbeck, University of London, Inglaterra; **Ligia Fabris Campos**, Humbolt Universität zu Berlin, Alemanha; **Dra. Livia Gimenez**, UNB, Brasil; **Dr. Lucas Machado Fagundes**, UNESC, Brasil; **Dr. Lucas Pizzolatto Konzen**, UFRGS, Brasil; **Lucas e Silva Gomes Pilau**, UFRGS, Brasil; **Dra. Lucero Ibarra Rojas**, Centro de



Investigación y Docencia Económicas, México; **Dra. Luciana Reis**, UFU, Brasil; **Dra. Luciana de Oliveira Ramos**, USP, Brasil; **Dra. Luciana Silva Garcia**, IDP, Brasil; **Dr. Luciano Da Ros**, UFRGS, Brasil; **Dr. Luiz Caetano de Salles**, UFU, Brasil; **Dr. Luiz Otávio Ribas**, UERJ, Brasil; **Manuela Abath Valença**, UFPE, Brasil; **Marcela Diorio**, USP, Brasil; **Marcella Alves Mascarenhas Nardelli**, UFJF, Brasil; **Marcelo de Castro Cunha Filho**, USP, Brasil; **Dr. Marcelo Eibs Cafrune**, UNB, Brasil; **Marcelo Mayora**, UFJF, Brasil; **Dr. Marcelo Torelly**, UNB, Brasil; **Marcelo Maciel Ramos**, UFMG, Brasil; **Dr. Mariana Teixeira**, Universidade Livre de Berlim, Alemanha; **Dra. Marília Denardin Budó**, UFRJ, Brasil; **Maria Izabel Guimarães da Costa Vellardo**, PUC-RJ, Brasil; **Marcio Camargo Cunha Filho**, UNB, Brasil; **Dra. Mariana Trotta**, UFSM, Brasil; **Dr. Marxo Alexandre de Souza Serra**, Puc-PR, Brasil; **Dr. Marcos Vinício Chein Feres**, UFJF, Brasil; **Dra. Maria Lúcia Barbosa**, UFPE, Brasil; **Dra. Maria Paula Meneses**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Mariana Anahi Manzo**, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; **Mariana Chies Santiago Santos**, UFRGS, Brasil; **Dra. Mariana Trotta**, UFRJ, Brasil; **Dra. Mariana Teixeira**, FU-Berlim, Alemanha; **Dra. Melisa Deciancio**, FLACSO, Argentina; **Dra. Marisa N. Fassi**, Università degli Studi di Milano, Itália; **Dra. Maria Cecilia Miguez**, CONICET, Argentina. **Dra. Maria Lúcia Barbosa**, UFPE, Brasil. **Dra. Maria Paula Menezes**, Universidade de Coimbra, Portugal. **Dra. Maria Pia Guerra**, UNB, Brasil. **Mariana Chies Santiago Santos**, USP, Brasil. **Mariana G. Valente**, USP, Brasil. **Mariana Kuhn de Oliveira**, Centro Universitário Ritter dos Reis, Brasil. **Dra. Marta Rodriguez de Assis Machado**, Fundação Getúlio Vargas - Direito GV São Paulo, Brasil; **Mayara de Carvalho Araújo**, UFMG, Brasil; **Mayra Cotta**, The New School for Social Research, USA; **Melissa Deciano**, University of Munster, Argentina; **Dr. Miguel Gualano Godoy**, UFPR, Brasil; **Moniza Rizzini Ansari**, UFRJ, Brasil; **Mozart Silvano Pereira**, UERJ, Brasil; **Mozart Linhares da Silva**, UNSIC; **Monique Falcão Lima**, UERJ, Brasil; **Dr. Moisés Alves Soares**, UFPR, Brasil; **Nadine Borges**, UFF, Brasil; **Natasha Guala**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Orlando Aragon**, México; **Dr. Orlando Villas Bôas Filho**, USP e Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil; **Dr. Pablo Malheiros Frota**, UFGO, Brasil; **Dr. Pablo Minda**, Universidad Luis Vargas Torres, Equador; **Dr. Pablo Nemiña**, Universidade de Buenos Aires, Argentina; **Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva**, USP, Brasil; **Paulo Eduardo Berni**, Universidade Ritter dos Reis, Brasil; **Dr. Paulo MacDonald**, UFRGS, Brasil; **Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva**, USP, Brasil; **Pedro Augusto Domingues Miranda Brandão**, UNB, Brasil; **Dr. Pedro de Paula**, São Judas Tadeu, Brasil; **Pedro Pulzatto Peruzzo**, PUC-Campinas, Brasil; **Dr. Philippe Oliveira de Almeida**, UFRJ, Brasil; **Priscilla Monteiro Joca**,



Université de Montréal, Canadá; **Dr. Rafael Lamera Giesta Cabral**, UFERSA, Brasil; **Dr. Rafael Schincariol**, USP, Brasil; **Dr. Rafael Vieira**, UFRJ, Brasil; **Dra. Raffaella Porciuncula Pallamolla**, Universidade Lassalle, Brasil; **Dr. Ramaís de Castro Silveira**, UnB, Brasil; **Dra. Raquel Lima Scalcon**, UFRGS, Brasil; **Renan Bernardi Kalil**, USP, Brasil; **Dr. Renan Quinalha**, USP, Brasil; **Dra. Renata Ribeiro Rolim**, UFPB; **Dr. Renato Cesar Cardoso**, UFMG, Brasil; **Dr. Ricardo Prestes Pazello**, UFPR, Brasil; **Dra. Roberta Baggio**, UFRGS, Brasil; **Dr. Roberto Bueno Pinto**, UFU, Minas Gerais; **Dr. Roberto Efrem Filho**, UFPB, Brasil; **Prof Rodolfo Jacarandá**, Universidade Federal de Rondônia, Brasil; **Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini**, USP, Brasil; **Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo**, PUCRS, Brasil; **Dr. Rodolfo Liberato de Noronha**, UNIRIO, Brasil; **Rodrigo Kreher**, UFRGS, Brasil; **Dr. Roger Raupp Rios**, Uniritter, Brasil; **Dra. Rosa Maria Zaia Borges**, UFU, Brasil. **Dr. Samuel Barbosa**, USP, Brasil; **Dr. Saulo Matos**, UFPA, Brasil; **Dra. Shirley Silveira Andrade**, UFES, Brasil; **Dra. Simone Andrea Schwinn**, UNISC, Brasil; **Simone Schuck Silva**, UNISINOS, Brasil; **Talita Tatiana Dias Rampin**, UNB, Brasil; **Tatyane Guimarães Oliveira**, UFPB, Brasil; **Thiago Arruda**, UFERSA, Brasil; **Dr. Thiago Reis e Souza**, Escola de Direito Fundação Getúlio Vargas - São Paulo, Brasil; **Prof. Dr. Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino**, UFPR, Brasil; **Dr. Thomaz Henrique Junqueira de Andrade Pereira**, Escola de Direito Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro, Brasil; **Dr. Tiago de Garcia Nunes**, UFPel, Brasil; **Dra. Valéria Pinheiro**, UFPB, Brasil; **Dra. Verônica Gonçalves**, UNB, Brasil; **Dr. Vinícius Gomes Casalino**, PUC-Campinas, Brasil; **Dr. Vinicius Gomes de Vasconcellos**, USP/PUCRS, Brasil; **Dr. Vitor Bartoletti Sartori**, UFMG, Brasil; **Dr. Wagner Felouniuk**, UFRGS, Brasil.

